



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
21 DE JANEIRO DE 2014

N.º 2/2014

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva Guedes, José Manuel Moreira Lopes,
Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respectiva reunião. -----



SUMÁRIO	Pág.
DIVISÃO ADMINISTRATIVA,	
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
1 – Assembleia Municipal – Sessão ordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2013	3
2 – Aumento excepcional dos Fundos Disponíveis a que se refere a alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro	4
3 – Afetação de verbas orçamentais com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal/2014	6
4 – Prestação de serviços – Consultoria de Apoio e Auditoria ao POCAL – Emissão de Parecer Prévio	7
5 – Prestação de serviços - Plataforma Eletrónica de Contratação Pública – Emissão de Parecer Prévio	9
6 – Abastecimento Público de Água a Fornelos – Celebração de contrato de utilização e exploração de água	12
Tesouraria	
7 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 16 de janeiro de 2014	14
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO,	
CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
8 – Fábrica da Igreja de S. João de Lobrigos – Pedido de comparticipação financeira	15
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO	
TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
9 – Pedido de parecer prévio para a celebração de contrato de prestação de serviços – “Centro de Recolha de Resíduos Urbanos e Equiparados – instalação e transporte de contentores de grandes dimensões” artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro	15
10 – Pedido de parecer prévio para a celebração de contrato de prestação de serviços para a elaboração da UOPG 5 – expansão de Fontes – Plano de Pormenor	17



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Assembleia Municipal – Sessão ordinária realizada no dia 27 de
dezembro de 2013**

- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de dezembro de 2013: -----
- “ORDEM DE TRABALHOS” -----
- Ponto 1 – Encerramento do Serviço de Finanças de Santa Marta de Penaguião – Voto de Repúdio proposto pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD). -----
- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----
- Ponto 2.1 – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----
- Deliberação: Tomado Conhecimento. -----
- Ponto 2.2 – Projeto de regimento da Assembleia Municipal (alínea a), n.º 1, artigo 26.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----
- Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----
- Ponto 2.3 - Alteração do preço do metro quadrado dos lotes da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião (n.º 3 do artigo 35.º do Regulamento de Venda de Lotes de Terreno da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião – Deliberação da Câmara Municipal de 3 de dezembro de 2013); -----
- Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----
- Ponto 2.4 – Aprovação dos documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2014 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2013); -----
- Deliberação: Aprovado por maioria, com a abstenção dos Senhores deputados do partido Social Democrata PPD/PSD. -----



----- Ponto 2.5 – Mapa de Pessoal para 2014 (alínea o), n.º 1, artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2013); ---

----- Deliberação: Aprovado por maioria, com a abstenção dos Senhores deputados do Partido Social Democrata PPD/PSD. -----

----- Ponto 2.6 – Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais.

----- Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto 2.7 – Designação de 4 (quatro) pessoas de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo para efeitos da constituição da Comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea l) do artigo 17.º do Anexo da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. -----

----- Deliberação: Aprovado por unanimidade, manter em funções, na referida Comissão, os comissários, Padre António Luís do Espírito Santo, Maria Eduarda Rodrigues Queirós Cardoso, Maria Margarida Lopes Amaral Sampaio e Paula Cristina Morais Guedes Borges.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Aumento excepcional dos Fundos Disponíveis a que se refere a alínea c)
do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro**

----- 2 – Presente à reunião informação dos Serviços da DAFRH, com o seguinte teor: -----

----- “A Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso de entidades públicas, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, (LCPA) e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, com a redação dada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, determina na alínea f) do artigo 3.º e artigo 5.º respectivamente que se consideram «Fundos disponíveis» as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:-

ii) As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes; -----

iii) A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; -----

iv) A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes; -----



v) O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei; -----

vi) As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e outros programas estruturais, cujas facturas se encontrem liquidadas, e devidamente certificadas ou validadas; -----

vii) Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º. -----


----- Considerando que os “Fundos Disponíveis” não devem exceder os montantes previstos nas subalíneas supra mencionadas, podendo, de acordo com a excepção prevista no artigo 4.º da LCPA ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal; -----

----- Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o artigo 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efectuar o último pagamento relativo a esse compromisso. -----

----- Considerando que se encontram registados compromissos cujo momento de liquidação ultrapassa o trimestre de referência para o cálculo dos fundos disponíveis estando cumprido o requisito estabelecido no ponto anterior. -----

----- Face ao referido sugere-se, caso mereça a concordância de V.Ex.^a que, nos termos do artigo 4.º da LCPA e considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, seja submetido à consideração do Executivo Municipal, no sentido de que este autorize ao abrigo do disposto na al.^a c) do n.º 1 do supra citado artigo 4.º, o aumento excepcional dos fundos disponíveis, de acordo com o quadro que se segue que, em caso de divergência dos valores efectivamente cobrados e ou recebidos, proceder-se-á à correcção dos respectivos fundos disponíveis, conforme estipula o n.º 2 do mesmo artigo 4.º mencionado.” -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Minuta da Ata n.º 2 de 21 de janeiro de 2014



Aumento temporário dos fundos disponíveis nos termos na Alínea c) artigo 4º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e do artigo 6º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho	
1 - Receitas Gerais - Fundos do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS) dos meses de :	Valor a antecipar
Julho	328.194,16 €
Agosto	328.194,16 €
Setembro	328.194,16 €
Outubro	328.194,16 €
Novembro	328.194,16 €
Dezembro	328.194,16 €
Total do Aumento temporário dos fundos disponíveis (1):	1.969.164,96 €
Fundos disponíveis de Janeiro antes do Aumento temporário (2):	1.466.511,85 €
Fundos disponíveis de janeiro depois do Aumento temporário (1) + (2):	3.435.676,81 €

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços.** -----

Afetação de verbas orçamentais com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal/2014

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- Nos termos previstos no artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que aprova o Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações (LVCR), conjugado, no presente ano, com o disposto no artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2014, compete ao Órgão Executivo, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e ulteriores alterações, tomar decisões nos domínios relativos a: ---

a) Alterações de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho-----

----- Considerando que nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, estão vedadas as valorizações e outros acréscimos remuneratórios, designadamente os resultantes de alterações de posicionamento remuneratório e da atribuição de prémios de desempenho, não estão previstas, para o corrente ano, as dotações orçamentais para o efeito. -----



b) Recrutamento de novos postos de trabalho -----

----- Considerando o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, é prevista a seguinte dotação máxima a despendar com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal desta Câmara Municipal para o ano de 2014: -----

----- Dotação: 73.400,00€." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da proposta.** -----

Prestação de serviços – Consultoria de Apoio e Auditoria ao POCAL – Emissão de Parecer Prévio

----- 4 – Presente à reunião informação dos Serviços com o seguinte teor: -----

----- “Para que as contas prestadas pelo Município se reflitam de forma verdadeira e apropriada, deverá ser dada continuidade ao aperfeiçoamento do sistema de controlo interno. -----

----- Para tal, a firma a contratar deverá fazer análise à contabilidade patrimonial, verificar se o POCAL está a ser aplicado devidamente, assim como se as demonstrações financeiras traduzem de forma verdadeira e apropriada a realidade do Município. Deverá ainda realizar um levantamento dos ajustamentos necessários para que no final do ano as contas se traduzam de forma verdadeira e real e, ainda, recomendar medidas e procedimentos que o Município deverá tomar de forma a que a contabilidade e as respetivas demonstrações financeiras se apresentem credíveis e sem limitações materiais no final dos respetivos exercícios económicos. -----

----- Considerando o disposto no n.º 4, do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2014 (OE2014), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro e 55-A/2010, de 31 de Dezembro e pela LOE 2012, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação regulada pela Portaria n.º 9-A/2012, de 10 de Janeiro, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º e do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011 (LOE 2012), de 30 de Dezembro, aplicação da



redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei n.º55-A/2010, de 31 de Dezembro (LOE 2011), alterada pelas Lei n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto e 60-A/2011, de 30 de Novembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, já referida, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e a mesma contraparte. -----

----- Assim, considerando a impossibilidade de satisfazer esta necessidade através de trabalhadores providos no mapa de pessoal, dada a inexistência de trabalhadores com qualificação técnica, bem como a ausência de meios técnicos; -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria; -----

----- Neste sentido, pretende-se celebrar um contrato de prestação de Consultoria de Apoio e Auditoria ao POCAL, pelo prazo de 12 meses e com um valor base estimado de 5.400,00 €, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; -----



----- De acordo com a declaração emitida pelos Serviços de Contabilidade, anexa à presente informação, a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 02. 02.02.14. -----

----- Finalmente, tendo em consideração o disposto no n.º 2 do artigo 73.º da LOE 2014, verifica-se que não é obrigatório proceder-se à redução remuneratória, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 19.º n.º 1, al.ª c), da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro e suas posteriores alterações, uma vez que não foram celebrados contratos com idêntico objeto e ou contraparte em 2013.-----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 4 e 11, do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2014 (OE2014), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro, parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de Consultoria de Apoio e Auditoria ao POCAL, pelo prazo de 12 meses, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 acima mencionados." -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de Consultoria de Apoio e Auditoria ao POCAL, nos termos da informação dos Serviços. -----

Prestação de serviços - Plataforma Eletrónica de Contratação Pública – Emissão de Parecer Prévio

----- 5 – Presente à reunião informação dos Serviços com o seguinte teor: -----

----- “Para dar continuidade à contratação de bens, serviços e de empreitadas através de uma ---
----- Plataforma de Contratação Pública Eletrónica, é necessário proceder à contratação de uma firma que nos disponibilize esse serviço. -----



----- Esta Plataforma deverá estar totalmente de acordo com os requisitos legais impostos pelo Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho e pela Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho. -----

----- A sua utilização deverá ser possível para qualquer tipo de procedimento independentemente do valor, volume de informação e empresas concorrentes, assim como suportar de forma totalmente desmaterializada, ajustes diretos, concursos públicos com e sem publicidade internacional, concursos públicos urgentes, procedimentos por prévia qualificação, procedimentos de negociação e diálogos concorrenciais. -----

----- Considerando o disposto no n.º 4, do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2014 (OE2014), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro e 55-A/2010, de 31 de Dezembro e pela LOE 2012, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação regulada pela Portaria n.º 9-A/2012, de 10 de Janeiro, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º e do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011 (LOE 2012), de 30 de Dezembro, aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (LOE 2011), alterada pelas Lei n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto e 60-A/2011, de 30 de Novembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, já referida, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- c) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----



d) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e a mesma contraparte. -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Assim, considerando a necessidade de o Município dispor deste serviço, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, pelo prazo de 36 meses e com um valor base estimado de 10.100,00 €, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria; -----

----- Considerando que de acordo com a declaração emitida pelos Serviços de Contabilidade, anexa à presente proposta, a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 1.1.1. 02. 02.02.20, inscrita no n.º 2014/A/05 – Pj/Ac n.º 05/14 do PAM (Plano de Atividades Municipal); -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando, finalmente, o disposto no n.º 2 do artigo 73.º da LOE 2014, verifica-se que é obrigatório proceder-se à redução remuneratória, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 19.º n.º 1, al.ª c), da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro e suas posteriores alterações, sendo que o preço base referido já considera essa redução; -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 4 e 11, do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2014 (OE2014), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro, parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, pelo prazo de 36 meses, encontrando-se, no caso



individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 acima mencionados.” -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, nos termos da informação dos Serviços. -----

Abastecimento Público de Água a Fornelos – Celebração de contrato de utilização e exploração de água

----- 6 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O abastecimento de água à povoação de Fornelos na época de Verão tem vindo a ser normalizado através da sua captação em furos artesanais abertos na propriedade denominada Vale Escuro, inscrita na matriz cadastral sob o artigo 234-D da freguesia de Fontes pertencente à Senhora Maria Fernanda da Silva Taveira Coutinho. -----

----- A utilização e exploração da água proveniente desses furos têm sido objeto de contrato celebrado entre este Município e a proprietária.-----

----- Considerando que é de todo o interesse a Câmara Municipal continuar a assegurar o normal abastecimento de água àquela povoação no período de Verão, bem como continuar a assegurar o direito de opção da sua exploração, proponho que o Executivo delibere: -----

1 - A celebração do contrato de utilização e exploração de água, pelo valor anual de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) valor que será atualizado de acordo com a taxa de inflação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística, no mês de Outubro; -----

2 - Que o direito de utilização e exploração dessa água cesse caso o Município adira à verticalização com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro; -----

3 - Que aprove a minuta do contrato de utilização e exploração de água que a seguir se transcreve. -----

----- “Contrato de utilização e exploração de água para abastecimento público de Fornelos -----

----- Aos ----- dias do mês de ----- de dois mil e catorze, nesta Vila de Santa Marta de Penaguião, edifício dos Paços do Concelho e Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, compareceram comigo, Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira, Coordenadora



Técnica da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, na qualidade de Oficial Público da mesma Câmara, a fim de reduzir a escrito o presente contrato, os seguintes outorgantes: -----

----- PRIMEIRO: - Luís Reguengo Machado, residente na freguesia de Medrões, deste Concelho, que outorga neste contrato na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, no uso dos poderes concedidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro com as alterações introduzidas pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, e em representação do MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, com o cartão de pessoa coletiva n.º 506829138, nos termos do n.º 1 do artigo 106.º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- SEGUNDO: - Maria Fernanda da Silva Taveira Coutinho, casada, NIF 110198581, residente na freguesia de Fontes, Concelho de Santa Marta de Penaguião, portador do Bilhete de Identidade número 7838293, emitido pelo Arquivo de Identificação de Vila Real em 9 de Maio de dois mil. -----

----- Que, o presente contrato tem por objeto a utilização e exploração da água existente na propriedade da Senhora Maria Fernanda da Silva Taveira Coutinho pela Câmara Municipal para abastecimento público de Fornelos, que se rege pelas Cláusulas seguintes: -----

----- Primeira -----

----- Pelo presente contrato à Câmara Municipal é permitida a utilização e exploração da água proveniente dos furos artesianos abertos na parcela de terreno denominado de Vale Escuro, inscrita na matriz cadastral sob o n.º 234 – D, freguesia de Fontes, Concelho de Santa Marta de Penaguião, propriedade da Senhora Maria Fernanda da Silva Taveira Coutinho; -----

----- Segunda -----

----- A Câmara Municipal compromete-se a pagar anualmente a quantia de 1.500,00 Euros (mil e quinhentos euros), pelo direito de utilização e exploração e título indemnizatório pelos danos causados no terreno aquando da abertura dos furos; -----

----- Terceira -----

----- A duração do presente contrato é de um ano podendo ser prorrogado por iguais períodos se nenhuma das partes o renunciar num prazo mínimo de 30 dias, até ao limite de três anos. O direito de utilização e exploração dessa água cessa caso o Município adira à verticalização com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Minuta da Ata n.º 2 de 21 de janeiro de 2014



----- Quarta -----

----- No final do presente contrato todos os direitos de utilização e exploração desta água são titulados pela Senhora Maria Fernanda Taveira Coutinho, reservando-se pelo presente contrato para a Câmara Municipal o direito de opção sobre a utilização e exploração da água para além deste período de tempo; -----

----- O presente contrato foi lido em voz alta, na presença simultânea de todos os intervenientes e explicado o seu conteúdo e efeitos, na forma legal, e vai ser assinado pelos outorgantes pela ordem que foram mencionados e também por mim, Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira, na qualidade já referida. -----

----- O Primeiro Outorgante, -----

----- O Segundo Outorgante, -----

----- O Oficial Público." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da proposta.** -----

Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até 16 de janeiro de 2014

----- 7 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 16 de janeiro de 2014, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	2014.01.16
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		106.689,05	Despesas Orçamentais (*)		26.239,17
Execução orçamental	106.689,05		Correntes	16.344,07	
Operações de tesouraria			Capital	9.895,10	
Receitas Orçamentais		47.661,17	(*) Compromissos	1.008.449,13	
Correntes	47.461,17		Operações de tesouraria		
Capital	200,00		Saldo para o dia seguinte:		129.044,55
Operações de tesouraria		933,50	Execução orçamental	128.111,05	
			Operações de tesouraria	933,50	
Total		155.283,72	Total		155.283,72

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Fábrica da Igreja de S. João de Lobrigos – Pedido de
comparticipação financeira**

----- 8 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de S. João de Lobrigos, registado sob o n.º 10 de 03 de janeiro de 2014, a solicitar apoio financeiro para a realização das festividades em honra de Nossa Senhora da Graça que irão decorrer no próximo dia 02 de fevereiro. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir, uma participação financeira no valor de 200,00€ (duzentos euros), para apoio nas despesas com a realização das festividades.** -----

**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO
TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA**

Pedido de parecer prévio para a celebração de contrato de prestação de serviços – “Centro de Recolha de Resíduos Urbanos e Equiparados – instalação e transporte de contentores de grandes dimensões” artigo 73.º da Lei n.º83-C/2013, de 31 de dezembro

----- 9 – Presente à reunião informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “I – Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1. De acordo com o disposto no n.º 4, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo



âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 11, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; ---

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro. ---

4. Será tido em consideração o conteúdo da alínea a) do número 7º do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, não estando sujeito ao disposto no número 1 e 4 a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais previstos no n.º 2 do artigo 1º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008, de 26 de fevereiro, 24/2008, de 02 de junho, 6/2011, de 10 de março, 44/2011, de 22 de junho e 10/2013, de 28 de janeiro. -----

--- II- Do contrato de prestação de serviços a celebrar -----

1. É intenção do Município de Santa Marta de Penaguião, celebrar um contrato de prestação de serviços para o “Centro de Recolha de Resíduos Urbanos e Equiparados – Instalação e Transporte de Contentores de Grandes Dimensões”. -----

2. Para o contrato em causa estima-se um valor de 18 000,00 € (Dezoito mil euros), acrescido de taxa de IVA legal em vigor. -----

3. Com vista à adjudicação do contrato de prestação de serviços em causa é intenção adoptar o procedimento de ajuste directo, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

5. Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego pública para a execução dos serviços objecto do contrato. -----



6. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato prestação de serviços em causa tem dotação orçamental, muito concretamente no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, com classificação orçamental sob o código 2.4.5_02.02.25_04 Projeto / Ação N.º 73/2014. -----

----- III – Da proposta em sentido estrito -----

----- Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 4 e no n.º 11, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços referente à “Centro de Recolha de Resíduos Urbanos e Equiparados – Instalação e Transporte de Contentores de Grandes Dimensões”, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 5, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro.” -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços referente ao “Centro de Recolha de Resíduos Urbanos e Equiparados – Instalação e Transporte de Contentores de Grandes Dimensões”, nos termos da informação dos Serviços Técnicos. -----

Pedido de parecer prévio para a celebração de contrato de prestação de serviços para a elaboração da UOPG 5 – expansão de Fontes – Plano de Pormenor

----- 10 – Presente à reunião informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “I – Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1. De acordo com o disposto no n.º 4, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou



a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 11, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; ---

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro.

II- Do contrato de prestação de serviços a celebrar -----

1. É intenção do Município de Santa Marta de Penaguião, celebrar um contrato de prestação de serviços para a elaboração do Plano de Pormenor da Expansão de Fontes (UOPG5), previsto no PDM de Santa Marta de Penaguião. -----

2. Para o contrato em causa estima-se um valor de 30.000,00 € (trinta mil euros), acrescido de taxa de IVA legal em vigor. Estima-se que no corrente ano seja liquidado o montante de 8.130,08 € (oito mil cento e trinta euros e oito cêntimos) e os restantes 21.869,92 € (vinte e um mil oitocentos e sessenta e nove euros e noventa e dois cêntimos) em 2015, ambos acrescidos de taxa de IVA legal em vigor. -----

3. Com vista à adjudicação do contrato de prestação de serviços em causa é intenção adoptar o procedimento de ajuste direto, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

5. Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego pública para a execução dos serviços objecto do contrato. -----

6. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato prestação de

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Minuta da Ata n.º 2 de 21 de janeiro de 2014

serviços em causa tem dotação orçamental, muito concretamente no orçamento de despesa para o ano de 2014, com classificação orçamental sob o código 02/07.01.15 projeto Ação 31/2014. -----

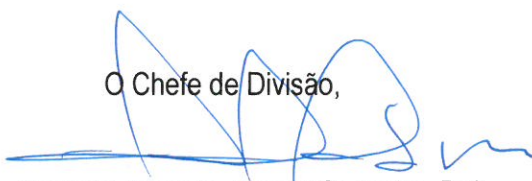
----- III – Da proposta em sentido estrito -----

----- Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 4 e no n.º 11, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços referente à elaboração da UOPG 5 – Expansão de Fontes, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 5, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços referente à elaboração da UOPG 5 – Expansão de Fontes, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)